

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ABEL EDSON MIGUEL

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS DOCUMENTOS OFICIAIS E SUA EFETIVAÇÃO
NO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR NILO BRANDÃO**

MATINHOS/PR

2015

ABEL EDSON MIGUEL

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS DOCUMENTOS OFICIAIS E SUA EFETIVAÇÃO
NO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR NILO BRANDÃO**

Trabalho final apresentado como requisito legal para convalidação de competências, para à obtenção do grau de especialista *Lato Sensu* em Educação Ambiental com ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis do programa de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral.

Orientação: Msc. Everaldo dos Santos

MATINHOS/PR

2015



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
UFPR Litoral
Curso de Especialização Educação Ambiental com
Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis




PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Orientador, Professor Mestre **EVERALDO DOS SANTOS**, realizaram em **27/06/2015** a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do estudante **ABEL EDSON MIGUEL**, sob o título "**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS DOCUMENTOS OFICIAIS E SUA EFETIVAÇÃO NO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR NILO BRANDÃO**", para obtenção do Título de *Especialista em Educação Ambiental com ênfase em espaços Educadores Sustentáveis* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo o estudante recebido conceito "AS".

Matinhos, 27 de junho de 2015.


Prof. Msc. EVERALDO DOS SANTOS


Prof. Dra. LENIR MARISTELA SILVA


ABEL EDSON MIGUEL
Estudante

Conceitos de aprovação

AP1 - Aprendizagem Plena
A2 - Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação

AP3 - Aprendizagem Parcialmente Suficiente
AR - Aprendizagem Insuficiente

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS DOCUMENTOS OFICIAIS E SUA EFETIVAÇÃO NO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR NILO BRANDÃO¹

Abel Edson Miguel²
Msc. Everaldo dos Santos³

RESUMO

A Educação Ambiental (EA) percorreu um longo caminho para atingir o atual estágio de institucionalização, mas a sua efetivação inter e transdisciplinar como ferramenta que pode contribuir para problematizar ações e comportamentos ambientalmente adequados a realidade socioambiental, local e global, ainda depende de ações pedagógicas efetivas. Os resultados preliminares deste trabalho derivam da análise de documentos escolares como Projeto Político Pedagógico (PPP), Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná (DCE), questionários e análises de algumas ações propostas por professores da escola, que mostram a trajetória da institucionalização da EA na forma da lei e sua efetivação nas ações pedagógicas do Colégio Estadual Professor Nilo Brandão, bairro Cajuru, em Curitiba. Foi realizada uma investigação a partir de questionários amostrais junto aos discentes para detectar atitudes que são consideradas ambientalmente corretas, bem como investigar as causas que levaram tais alunos tomarem ou não determinadas atitudes. As análises dos documentos escolares mostram que, dentro da grade curricular das escolas do estado do Paraná, a EA deve ser interdisciplinar, ou seja, deve perpassar todas as disciplinas dentro dos seus conteúdos específicos, entrelaçando-se. Na escola em estudo, mesmo a EA sendo obrigatória de acordo com orientações legais, não há menção desta no seu PPP, conforme observação documental feita na instituição. A investigação se estendeu sobre as contribuições da horta escolar como promotora de ações ambientalmente corretas dentro e fora dos espaços escolares. Após análises preliminares, foram observadas atitudes ambientalmente corretas sobre as quais foram apontadas as possíveis causas. Com base nos resultados obtidos a partir dos levantamentos realizados, propomos uma reformulação no PPP do Colégio, para que a EA faça parte das ações pedagógicas, e assim instigue os professores incorporarem a EA em seus Planos de Trabalhos Docentes (PTD) ou que estes desenvolvam projetos e/ou ações relativas às questões ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Leis ambientais. Educação ambiental. Projeto Político Pedagógico.

¹ Trabalho de conclusão do curso apresentado ao Curso de Especialização em Educação Ambiental com ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis, do programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, sob orientação do Professor Msc. Everaldo dos Santos.

² Bacharel em Filosofia pelo Seminário Maior Divino Mestre (1994), licenciado e bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (2005 e 2006), especialização em Gestão do Cuidado: Escola que Protege pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010), graduando em filosofia pela Universidade Federal do Paraná (1/2016), professor de geografia da SEED e de filosofia na rede particular de ensino. Contato: abel@ufpr.br

³ Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, especialização em Gerenciamento Ambiental pela Universidade Federal do Paraná (2003), Mestrado em Ciências do Solo pela Universidade Federal do Paraná (2007) e Doutorado em Engenharia Florestal na linha de Conservação da Natureza pela Universidade Federal do Paraná. Professor concursado do Instituto Federal do Paraná. Contato: everaldo.santos@ifpr.edu.br.

1 Introdução

A Educação Ambiental (EA) percorreu um longo caminho para atingir o atual estágio, não de maturação mas de desenvolvimento. A nível mundial, as preocupações com a degradação ambiental e a finitude dos recursos naturais se acenturaram no período posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial. A sua institucionalização como ferramenta capaz de formar valores e habilidades, e com isso provocar uma transformação nas relações do homem com a natureza, ganhou consistência e impulso a partir da Conferência de Estocolmo na Suécia e da publicação da Carta de Belgrado. Atualmente a EA está presente em todas as esferas da sociedade, sendo que no Brasil ela, é obrigatória nos níveis oficiais de ensino e incentivada nos meios não formais.

As análises apresentadas neste trabalho, decorrem da verificação a partir de documentos oficiais que tratam da EA no Brasil e dos desdobramentos desta, sobretudo no Colégio Estadual Professor Nilo Brandão, localizado no bairro Cajuru, Curitiba – PR.

Neste Colégio foi analisado o seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e realizada uma consulta junto aos alunos para averiguar a existência de ações que podem ser consideradas ambientalmente corretas, bem como os motivos que levam ou não a estas práticas. As análises desse último quesito estão ancoradas em respostas obtidas a partir de questionários com questões objetivas e subjetivas que foram aplicados aos alunos da instituição em diferentes turmas e anos (séries) do ensino fundamental e médio. Também foi investigado o alcance da horta escolar como promotora de atitudes ambientalmente corretas e como agente que pode contribuir para a reeducação alimentar.

2 Evolução histórica da Educação Ambiental

A EA começou a ganhar consistência a partir de questionamentos sobre as relações de domínio e exploração que os homens estabeleceram sobre a natureza, sobretudo, quando a sociedade começou a tomar ciência das causas da degradação e do esgotamento dos recursos naturais. Ao fazer tais indagações sobre este processo de exploração, percebeu-se que a extinção de alguns recursos naturais e a

degradação do ambiente não era uma consequência direta da sobrevivência da humanidade, mas do atual modelo de desenvolvimento. De acordo com Silva, (2014, p. 15),

A Educação Ambiental (EA), fruto dos movimentos ecológicos, emerge no campo educacional como uma resposta à problemática ambiental instaurada e tem a finalidade de desconstruir modelos construídos ao longo dos anos.

Questionando as relações da sociedade capitalista sobre a natureza, notou-se, que a maioria das atuais ações de proteção de espécies animais e vegetais, bem como a de alguns ambientes, são meramente cosméticas, ou seja, uma maquiagem verde, pois as atitudes de preservação e conservação não questionam as causas da destruição dos ambientes naturais e a extinção de espécies e recursos, elas apenas propõem ações para minimizar os efeitos da apropriação da natureza. Assim, a EA surge como

(...) Uma prática de conscientização capaz de chamar a atenção para a finitude e má distribuição no acesso aos recursos naturais e envolver os cidadãos em ações sociais ambientalmente apropriadas. E em um segundo momento que EA vai se transformando em uma proposta educativa no sentido forte, isto é, que dialoga com o campo educacional, com suas tradições, teorias e saberes. (CARVALHO, 2006, p. 52).

As preocupações com a degradação do ambiente e a finitude dos recursos naturais começaram ganhar força na última metade do século XX, sendo a Conferência sobre o Ambiente Humano que ocorreu em Estocolmo na Suécia em 1972, o primeiro grande evento de visibilidade dessas preocupações e com alcance mundial. Realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), esta Conferência elaborou um relatório denominado de “Limites do Crescimento”, onde alertou que, mesmo com os avanços tecnológicos, os recursos naturais não suportariam a demanda exigida pelo atual modelo de crescimento.

A Conferência de Estocolmo foi um marco importante, pois apresentou no seu Plano de Ação Mundial, “políticas de gerenciamento do ambiente e o reconhecimento da educação ambiental como elemento crítico para combater a crise ambiental”. (SILVA, 2014, p. 16). A partir dela, outras conferências que trataram das questões ambientais foram realizadas, o que contribuiu para a institucionalização da EA a nível mundial. Mais o termo “educação ambiental” (*environmental education*)

não apareceu pela primeira vez em Estocolmo, mas na Conferência em Educação, realizada pela Universidade Keele, na Grã-Bretanha, em 1965, quando se pensou na necessidade de educar as pessoas com relação aos princípios básicos de ecologia e conservação dos recursos naturais. (LIMA, 2013, p. 103).

Com relação à institucionalização da EA como ferramenta para combater a crise ambiental, esta se baseou nas Conferências de Estocolmo de 1972 e de Belgrado/ex-Iugoslávia de 1975. Esta última propôs diretrizes em que a EA fosse interdisciplinar, contínua, que levasse em conta as condições atuais e futuras do ambiente, que examinasse o “crescimento” e desenvolvimento a partir do ponto de vista ambiental, que considerasse o ambiente em sua totalidade para poder prevenir e solucionar os problemas ambientais em escala local e regional, com a cooperação de todos. (BRASIL, 2005.)

No Brasil, o período em que ocorria a gestação da EA a nível mundial, o país era governado por militares, e mesmo com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) em 1973, objetivando “promover, em todos os níveis, a formação e treinamento de técnicos e especialistas em assuntos relativos à preservação do ambiente” (SENADO FEDERAL, 1973), os generais/presidentes do período estavam mais preocupados com o crescimento econômico do que com as questões ambientais. Isso pode ser evidenciado a partir da estrutura da SEMA que ocupava duas salas do Ministério do Interior em Brasília e contava com o efetivo que se resumia a três funcionários, que depois foi aumentado para cinco. (LIMA, 2013, p.144).

Em conformidade com as diretrizes da Conferência de Belgrado de 1975, em 1981 foi promulgada no Brasil a Lei Federal 6.938 (alterada em 1989 pela Lei 7.804), instituindo que as questões da EA fossem trabalhadas em todos os níveis de ensino formal e não formal.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no seu Artigo 225, garantiu que

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem comum de uso do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever defendê-lo preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Apesar da garantia constitucional, a EA só deslanchou no Brasil com o desenrolar dos preparativos da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio

Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro em 1992, conhecida como Rio-92, já que esta Conferência foi precedida de muitos encontros, portarias e criação de grupos de trabalho.

A partir da Rio-92 e da mobilização da sociedade civil através das Organizações Não-Governamentais (ONGs), em 1994 foi aprovado o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) que visava à formação de gestores e educadores, o desenvolvimento de ações educativas, de instrumentos e metodologias que contribuíssem para um modelo de desenvolvimento mais harmônico. (BRASIL, 2005, p. 27).

Embora a EA tenha sido abordada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996 e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997, pouca coisa evoluiu. Então o Governo Federal criou a Política do Nacional do Meio Ambiente, através da Lei 9.597 de 1999, onde a EA passou a ser considerada uma ferramenta suscetível de criar valores, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências capazes de conservar o ambiente e explorá-lo de forma sustentável. (BRASIL, 1999).

Em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.597 de 27 de abril de 1999), atualmente, a EA é obrigatória na forma transversal e multidisciplinar em todos os níveis de ensino e incentivada nos meios não formais.

3 A Educação Ambiental nos documentos educacionais do Brasil

Desde as Conferências de Estocolmo e de Belgrado, a EA passou a ser considerada uma ferramenta pedagógica capaz de responder a problemática ambiental e fazer a reintegração entre a sociedade e a natureza. Embora toda a educação seja por si só ambiental, considerando que o mundo não é uma somatória de indivíduos vivendo numa redoma, a partir da Carta de Belgrado a EA aparece como o elemento capaz de combater a crise ambiental a nível mundial.

Mesmo tendo sido criados órgãos incumbidos de tratar das questões relativas ao meio ambiente desde 1973 e que as preocupações ambientais tenham sido abordadas e assumidas como um compromisso nacional na Constituição de 1988, foi somente em 1991 que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) publicou a Portaria nº 678 estabelecendo que a EA devia ser contemplada no currículo escolar em todos os níveis.

Outro impulso para a efetivação da EA na educação escolar ocorreu em 1996 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB. Pensando na amplitude da formação dos cidadãos, a LDB em seus artigos englobou as inter-relações existentes entre os processos sociais, culturais e ambientais.

Um ano depois da promulgação da LDB, foi aprovado os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) pelo MEC. Neste, a pluralidade cultural e meio ambiente foram definidos como temas transversais a serem inseridos em todas as áreas do conhecimento da educação básica. De acordo com os PCNs, a EA não seria uma disciplina específica na grade curricular, mas um tema que devia ser trabalhado na interdisciplinaridade, integrando as diferentes áreas de conhecimento num processo de cooperação e trocas.

Como citado anteriormente, o impulso mor na institucionalização da EA no Brasil, ocorreu em 1999 com a promulgação da Lei Federal nº 9.597. Em linhas gerais, esta Lei reafirmou o caráter interdisciplinar, sistêmico e integrador da EA. Os principais artigos desta Lei são:

Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

II - Cabe às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

IV - Cabe aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

Art. 10º A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da Educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica. (BRASIL, 1999).

Embora de extrema importância na orientação das ações pedagógicas, a Lei 9.597 só foi regulamentada em 2002, o que demonstra que as questões referentes ao meio ambiente no Brasil são relegadas a um segundo plano no cenário político. Porém, um ano antes (2001), o Plano Nacional de Educação através da Lei nº

10.172, já havia reforçado que a EA devia ser desenvolvida como tema transversal dentro de um currículo integrado.

Além dos documentos citados anteriormente, em especial os Parâmetros Curriculares Nacionais, no Paraná, os documentos que orientam a educação no Estado são os cadernos e as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná - DCEs e os cadernos de diversidades. A Constituição do Estado do Paraná de 1989 para atender a Constituição Federal, estabeleceu disposições específicas sobre o meio ambiente, contemplando a EA no Capítulo V, Artigo 207, Parágrafo 1º, item X. Nesse documento, o Poder Público é responsabilizado em “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Na base do sistema do ensino no Brasil, ou seja, nos estabelecimentos de ensino onde são colocadas em prática as leis que regem o sistema educacional, está o Projeto Político Pedagógico (PPP). Este é um documento oficial e legal que orienta as ações pedagógicas na base do sistema de ensino, ou seja, ela orienta os membros da instituição escolar. O PPP foi instituído pela Lei Federal 9.394/96 que no inciso I do Artigo 12 estabelece que, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica, ou o Projeto Político Pedagógico (PPP).

O próprio nome PPP já é autoexplicativo:

É Projeto porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo. É Político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir. É Pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem. (LOPES, 2010)

Conforme o artigo 2º da Deliberação N.14/99 – CEE e o artigo 4º da Deliberação N.16/99 – CEE, a elaboração do PPP deve ser construído coletivamente e, por isso, precisa envolver toda a comunidade escolar, ou seja, gestores, professores pedagogos, professores, funcionários e pais dos alunos, até mesmo porque, para que tenha validade legal, este documento precisa ser aprovado pelo Conselho Escolar. Este Conselho é o órgão máximo dentro de uma instituição de ensino.

Amparado pelas legislações vigentes, o PPP revela a autonomia da gestão democrática dos estabelecimentos de ensino. Ele deve conter os objetivos, as metas e as ações que norteiam as práticas pedagógicas da instituição de ensino.

Para que o PPP seja um documento que realmente subsidie as práticas pedagógicas, antes elaborá-lo é necessário que seja feito um mapeamento das condições sócio econômicas da comunidade onde a escola está inserida.

Os objetivos a serem alcançados pelo PPP podem ser a curto, médio ou em longo prazo. Uma das características deste documento é que ele deve ser completo e claro com relação aos seus objetivos, e flexível para se adaptar a realidade dos alunos.

O PPP deve contemplar a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) da escola, pois é ela que fundamenta e sistematiza a organização do conhecimento no currículo. É no PPC que estão os fundamentos conceituais, metodológicos e avaliativos de cada disciplina da Matriz Curricular, bem como os conteúdos a serem trabalhados.

O PPP e o PPC são ferramentas que dão subsídios para o professor na hora da elaboração do seu Plano de Trabalho Docente (PTD), pois neste terceiro documento, os conteúdos, objetivos, encaminhamentos metodológicos, critérios e instrumentos de avaliações devem estar em consonância com os dois primeiros.

4 Metodologia

A estrutura física da instituição em estudo, ou seja, a estrutura do Colégio Estadual Professor Nilo Brandão, é composta por três pavilhões de um piso cada. No primeiro pavilhão fica a biblioteca, laboratório de informática, administrativo, sala do gestor, direção pedagógica e sala dos professores; no segundo pavilhão há 8 salas de aulas, hall, banheiros e uma cantina comercial; no terceiro pavilhão ficam 7 salas de aulas, a cozinha, as salas de apoio, salas de línguas estrangeiras e banheiros. Além desse espaço há duas quadras poliesportivas (sendo uma coberta), 2.500 m² de bosque e 800 m² livres, dos quais em 200 m² é desenvolvida uma horta e uma composteira.

Para conhecer as percepções dos alunos do Colégio com relação às questões ambientais, bem como a efetivação e os impactos das leis sobre o tema no cotidiano dos educandos, foi realizada uma pesquisa amostral a partir de

questionários escritos que foram aplicados em diferentes turmas e séries. Em relação aos documentos oficiais que orientam as práticas pedagógicas no Brasil, foi realizada uma pesquisa sobre a evolução histórica das leis ambientais no Brasil desde a criação da SEMA em 1973 até os dias atuais. Foi também analisado o PPP do Colégio para entender as diferentes concepções dos discentes sobre a tomada ou não de ações ambientalmente corretas, bem como uma breve avaliação da oficina horta que é desenvolvida em parceria com o Programa Mais Educação do Governo Federal.

Quanto à pesquisa junto aos educandos, esta foi amostral, pois abrangeu 5% dos alunos. Os questionários eram compostos de questões objetivas e subjetivas, e indagaram sobre o local de residência dos alunos, se havia quintal nas casas e o que havia neles, se era realizada a coleta seletiva do lixo na rua onde moravam, se na casa deles faziam ou não a separação do lixo, como era feita essa separação e por que a faziam, se havia participado de algum programa ambiental no Colégio ou em outra instituição, se este ano ou em anos anteriores algum professor havia trabalhado as questões ambientais nas suas aulas, se eles (os alunos) tinham atitudes que consideravam ambientalmente corretas. Para os alunos do Programa Mais Educação, além das questões gerais aplicados aos demais alunos, foi questionado se eles sabiam a origem dos alimentos que consumiam, que tipos de alimento mais gostavam e consumiam, e que alimentos eles consideravam saudáveis.

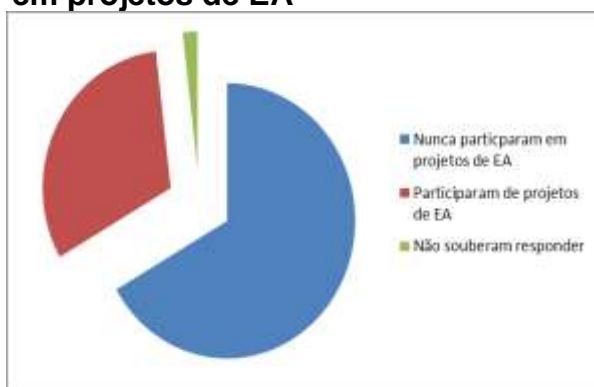
5 Resultados e discussões

O primeiro levantamento empreendido foi à averiguação se a EA está sendo trabalhada na forma interdisciplinar como preconizam as leis, ou seja, se as recomendações de caráter oficial estão orientando as práticas pedagógicas em todos os níveis de ensino.

Do total de alunos entrevistados, 74% afirmaram nunca terem participado de programas de EA, enquanto 24% disseram que participaram de alguma atividade relacionada ao tema no atual Colégio ou quando estavam no Ensino Fundamental I (escolas da prefeitura). Os alunos disseram que participaram de atividades tais como o Dia da Árvore, Dia da Água, Semana do Meio Ambiente, separação correta

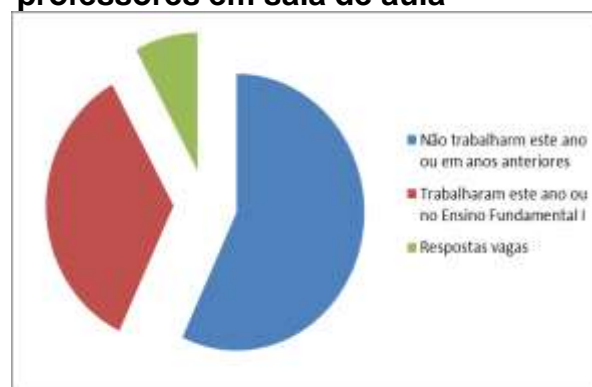
do lixo etc. Ainda de acordo com a pesquisa, 57% dos alunos disseram que este ano ou em anos anteriores, as questões ambientais não foram trabalhadas nas aulas, sendo que 35% citaram que os professores de Geografia e Ciências trabalharam em suas disciplinas algum assunto relacionado ao meio ambiente, mas não propriamente educação ambiental e 8% deram respostas muito vagas quanto a esse quesito.

Gráfico 1 - Participação dos alunos em projetos de EA



Fonte: Elaboração dos autores, 2015.

Gráfico 2 - Abordagem da EA pelos professores em sala de aula



Fonte: Elaboração dos autores, 2015.

Sobre os professores que mais trabalharam a EA em suas disciplinas serem os de Geografia e Ciências (Biologia no Ensino Médio), isso pode ser explicado em decorrência da primeira trabalhar com as relações articuladas entre os fenômenos sociais e naturais (LIMA, 2013, p. 151) e a segunda por ter como objeto estudo os seres vivos e o meio ambiente.

Ainda quanto aos resultados obtidos neste bloco de questões, as causas inerentes ao descaso em relação à EA podem estar associadas aos PTDs e estes ao PPP colégio. Após uma análise no PPP do Colégio Estadual Professor Nilo Brandão, constatou-se que, neste documento, não há uma linha sequer referente aos conteúdos chamados de transversais, incluindo aí as questões ambientais. No entanto, para efeitos legais, mesmo não fazendo parte do principal documento da instituição, foi solicitado a todos os professores que citassem nos conteúdos específicos dos seus PTDs que seria trabalhado a Lei 9.799/95 – Educação Ambiental, assim como as demais leis que tratam de temas denominados transversais.

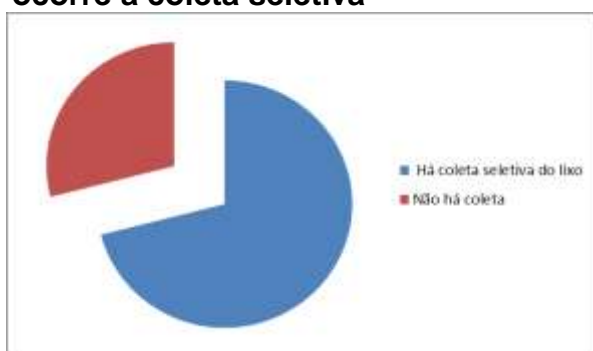
Mesmo sendo um documento importante, no Colégio há somente só um exemplar do PPP, e este fica “adormecido” numa das gavetas do gabinete da

professora pedagoga. Este “filho único” (assim denominado quando precisamos consultá-lo) é um rascunho feito no ano 2012 para atualizar o documento anterior, pois as cópias que haviam sido digitadas e que estavam nos computadores do laboratório de informática foram apagadas por um vírus.

Quanto ao grande número de alunos que afirmaram terem participado de programas ambientais no Ensino Fundamental I, ou seja, em escolas da prefeitura, pode ser explicado em decorrência dos professores desse nível ficar mais tempo com os alunos, o que facilita o desenvolvimento de projetos que abordam as questões relativas ao meio ambiente, embora alguns desses projetos sejam solitários e descontínuos, e dependam quase que exclusivamente dos esforços dos professores.

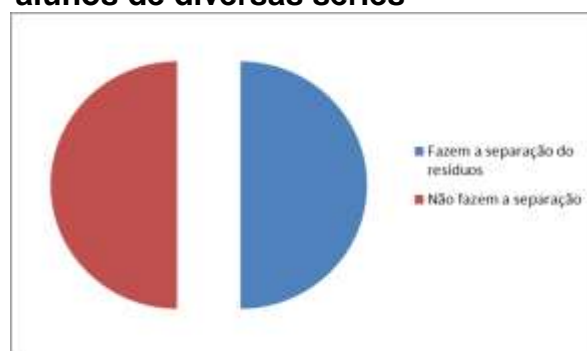
Quanto ao destino do lixo doméstico e a coleta seletiva, 71% dos entrevistados afirmaram que na rua onde moram ocorre a coleta seletiva. Os outros 29% dos alunos entrevistados, responderam que este tipo de coleta é realizada às vezes ou nunca. Mesmo havendo coleta seletiva em 71% das residências, apenas 50% dos alunos entrevistados disseram que separam o lixo antes de jogá-lo na lixeira.

Gráfico 3 - Locais de residência onde ocorre a coleta seletiva



Fonte: Elaboração dos autores, 2015.

Gráfico 4 - Separação do lixo entre os alunos de diversas séries



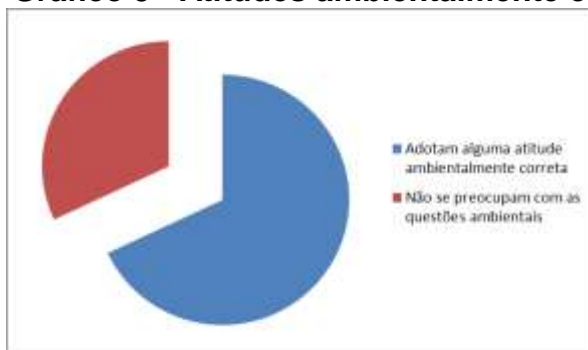
Fonte: Elaboração dos autores, 2015.

Sobre estes dados, parte dos alunos do Colégio é proveniente de áreas de invasão que passaram recentemente ou que estão passando por um processo de urbanização, o que justifica o desprezo dos órgãos públicos quanto à coleta do material reciclável. Esse fato pode explicar parte da não separação dos resíduos. Quanto aos que reciclam, embora os números talvez sejam menores que o esperado, ao analisar os dados sobre os programas e os trabalhos desenvolvidos no

Colégio, deduz-se que, partes dos entrevistados foram conscientizadas em casa ou em campanhas veiculadas nas mídias.

Em outro bloco de questões, 68% dos alunos afirmaram que tomam atitudes que consideram ambientalmente corretas, enquanto 32% disseram não se preocuparem com as questões ambientais quando tomam uma ação.

Gráfico 5 - Atitudes ambientalmente corretas entre todos os alunos



Fonte: Elaboração dos autores, 2015.

Se 50% dos alunos afirmaram que não se preocupam com a separação do lixo, mas ao mesmo tempo 68% disseram tomar alguma atitude que consideram ambientalmente corretas, é um dado positivo, pois podemos deduzir que para os alunos as questões ambientais não se resumem a separação do lixo, pois outras importantes atitudes foram citadas como: evitar o desperdício de água, apagar as luzes quando deixar um ambiente etc., que também são atitudes decorrentes de uma educação ambiental.

No Colégio são desenvolvidas poucas ações com enfoque na conservação e preservação do meio ambiente como um todo. A professora de Biologia do Ensino Médio, no ano de 2014, colocou caixas de papelão nas salas de aula para coletar papéis que são descartados pelos alunos. Essas caixas posteriormente eram enviadas a biblioteca. As bibliotecárias que já reciclavam livros didáticos desatualizados ou que já foram usados no triênio, juntamente com o papel coletado nas salas de aulas e as embalagens de papelão, vendem o material coletado e adquirem obras literárias que são sugeridos pelos próprios alunos. Esse tipo de reciclagem atende mais aos apelos econômicos (conseguir recursos financeiros) do que provocar reflexões acerca da origem e do processo utilizado na fabricação do papel e muito menos com o destino destes, caso não fossem reciclados.

Outra atitude considerada ambientalmente correta e praticada no Colégio é a separação de lixo orgânico na cozinha. Após a separação dos materiais orgânicos, estes eram enterrados num buraco no espaço onde está a horta, mas atualmente estão sendo levados a uma composteira que futuramente poderá adubar o solo.

Esta pesquisa também se estendeu sobre o alcance do Programa Mais Educação, e mais precisamente sobre a horta escolar. Nos últimos 5 anos, a horta do Colégio esteve associada ao Programa Mais Educação do Governo Federal. O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10,

constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diária, por meio de atividades optativas nos macro campos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

O Programa foi implantado no Colégio com o intuito de elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da instituição e atinge alunos do 6º ao 8º ano. Este Programa surgiu como uma tentativa de superar o processo de escolarização centrado apenas no professor e na sala de aula, expandindo-o num processo de integração de diferentes saberes, entre eles a EA, espaços e atores, construindo assim uma educação cidadã para a vida.

A horta faz parte do macro campo Meio Ambiente e é realizada num espaço de aproximadamente 200 m². O trabalho basicamente consiste em limpar o solo, prepará-lo, semear, retirar as ervas daninha, irrigar as plantas e ao final colher a produção. As hortaliças e tubérculos produzidos na horta da escola são consumidos pelos alunos do Programa no almoço. Além dos trabalhos manuais, em dias de chuva, os alunos fazem ou pelo menos deviam fazer pesquisas orientadas no laboratório de informática, sobretudo aquelas relativas às plantas que estão sendo cultivadas e sobre o meio ambiente.

As entrevistas feitas com os alunos e professores da oficina horta e observações *in loco*, revelaram que as atividades desenvolvidas na horta estão sendo mal exploradas ou mal conduzidas, pois os trabalhos estão se limitando em preparar o solo e cultivar hortaliças, legumes e tubérculos. Pois esta poderia também conduzir os alunos “a uma análise crítica dos problemas socioambientais

criados por uma determinada sociedade e procurar [...] participar na solução dos mesmos” (DIEGUES, p. 2, [s.d]; apud Aguilar, 1992). Se fosse um trabalho multidisciplinar, as atividades na horta poderiam ser direcionadas para promover reflexões acerca do consumo de água na agricultura comercial, poluição da água e do solo em decorrência do uso excessivo de agrotóxicos, destruição dos ecossistemas devido ao desmatamento, assoreamento dos rios, bem como poderia ser direcionada para as questões sociais (expulsão e empobrecimento do homem do campo), já que a sustentabilidade deve levar em conta o ambiental, social e econômico.

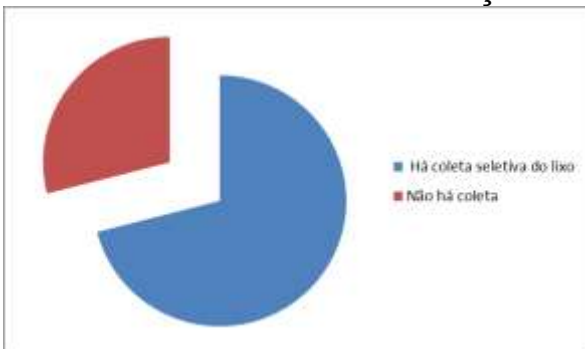
Por que a horta escolar poderia se enquadrar como uma das ações promotoras e EA? Porque a EA “requer uma estratégia de ensino que seja capaz de fazer com que os educandos vejam, sintam e conheçam os processos de forma integrada, como na realidade eles se manifestam”. (SERRANO, 2003, p. 80).

Em decorrência das inúmeras possibilidades da aplicação da EA a partir da horta e do tempo disponível para a pesquisa de campo (devido às férias de fim de anos e a greve dos professores), não foi possível avaliar as inúmeras possibilidades de trabalhar as questões ambientais a partir da horta escolar. No entanto, a partir questionamentos levantados junto aos alunos, a pesquisa revelou que apenas 64% dos que participam ou participaram da oficina horta do Colégio, tomam alguma atitude que consideram ambientalmente correta no dia a dia. Este resultado pode ser considerado pífio, se comparado aos demais alunos que não participam do Programa. Mas o resultado pouco significativo pode ser atribuído ao pouco tempo que alguns alunos participaram ou participam da oficina ou que a maioria dos alunos participantes é do sexto ano, o que dificulta eles se expressarem com facilidade e desenvoltura, ou ainda porque não possuem os conceitos básicos relativos às questões ambientais, já que uma porcentagem maior de alunos afirmou que separam lixo da sua casa.

Dos alunos que participam do Programa Mais Educação, 68% afirmaram que fazem separação do lixo em suas casas, enquanto 32% disseram que não separam. Estes dados demonstram que, pelos menos nos aspectos da separação do lixo, embora a EA não se resume a essa atitude, os objetivos do professor da oficina horta estão sendo alcançados. Assim, pode-se constatar que no nível da separação do lixo, o alcance do Programa Mais Educação lixo é satisfatório, sobretudo da oficina horta, pois em 71% das ruas da região passa o caminhão da prefeitura para

coletar os materiais recicláveis e em 68% dos lares dos alunos do Programa são feitas a separação (contra 50% dos alunos que não participam do Programa).

Gráfico 6 - Separação dos resíduos entre os alunos do Mais Educação



Fonte: Elaboração dos autores, 2015.

Diante desses dados, pode-se deduzir que talvez a separação não tenha sido maior porque em 29% das ruas não são realizadas a coleta seletiva. Parece que o alcance da horta enquanto promotora de hábitos ambientalmente corretos fica mais no plano da separação do lixo (embora 4% dos entrevistados afirmaram que separaram o lixo, e ao mesmo tempo não possuem hábitos ambientalmente desejáveis) e conseqüentemente da não contaminação do solo, pois 81% dos alunos entrevistados sequer sabem a origem dos alimentos que são postos nas mesas, já que a maioria afirmou que estes vêm do supermercado. O que dizer então das outras abordagens ambientais que poderiam e não foram exploradas?

Outra atitude de fácil exploração a partir da horta escolar é a reeducação alimentar. De acordo com FREITAS et al, 2013, p. 156, a horta pode

contribuir sistematicamente com a segurança alimentar no contexto da educação alimentar e ambiental. Assim, as hortas constituem espaços de aprendizado dos alunos, tornando o ambiente escolar mais agradável com a transformação de áreas não ocupadas ou mal planejadas em espaços verdes.

Até mesmo porque, segundo MAGALHAES (2003), os alimentos naturais e nutritivos são os campeões de rejeição por parte dos adolescentes, pois geralmente estes preferem salgadinhos, refrigerantes e lanches nas redes fast-foods. Assim, segundo a mesma autora, o desenvolvimento da horta escolar pode estimular os alunos consumirem grãos, legumes, raízes e hortaliças, uma vez que todos querem provar os alimentos que foram cultivados na horta e que são frutos do trabalho

deles. Dessa forma, o consumo de alimentos saudáveis produzidos na horta pode ajudar a reforçar a importância dada ao meio ambiente, já que a produção destes envolve o consumo de água, desmatamentos, contaminação das águas superficiais e subterrâneas, destruição dos ecossistemas etc.

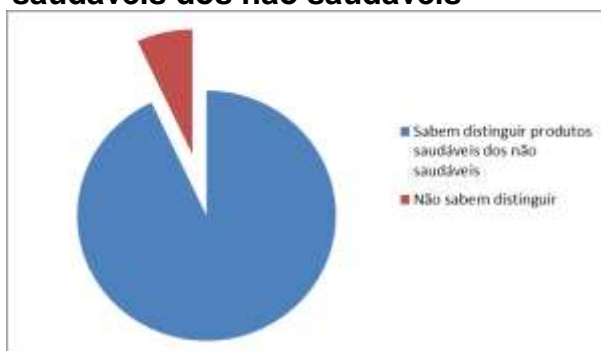
Como parte dos alimentos consumidos na cozinha do Colégio podem ser produzidos na horta da própria instituição, o processo de higienização desses produtos poderia contar com a contribuição dos alunos. Essa higienização participativa pode envolver reflexões acerca de parte das frutas, legumes, tubérculos, hortaliças etc. que são descartados como lixo e, no entanto, são ricos em proteínas. Com essa mudança de atitude, reaproveitando muito daquilo que antes era descartado como lixo, poderá haver uma diminuição dos resíduos que são encaminhados a composteira ou aterros sanitários.

O material (adubo) produzido na composteira vai gerar uma cadeia de interações, uma vez este irá fertilizar o solo da horta.

Diante da perspectiva do uso da horta como ferramenta que pode contribuir na reeducação alimentar, foram feitas algumas questões com o intuito de avaliar os hábitos alimentares dos alunos.

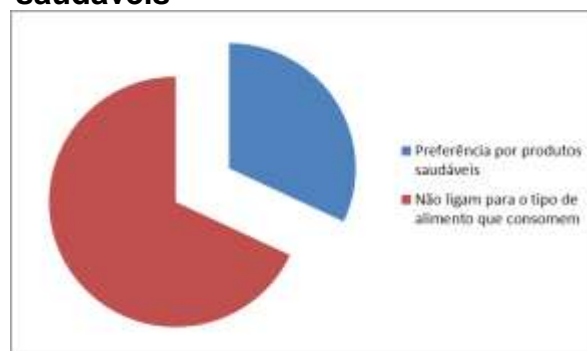
A pesquisa revelou que 93% dos alunos sabem distinguir produtos saudáveis dos não saudáveis, mas apenas 32% preferem produtos saudáveis.

Gráfico 7 - Distinção entre produtos saudáveis dos não saudáveis



Fonte: Elaboração dos autores, 2015.

Gráfico 8 - Preferência pelos produtos saudáveis



Fonte: Elaboração dos autores, 2015.

Assim, percebe-se que no quesito de reeducação alimentar os alunos ainda está no plano das informações, já que esta não está ocorrendo em virtude de não ser significativa para eles. Com isso percebemos que no quesito da educação alimentar, o plano da ação ainda está num horizonte distante.

6 Considerações finais

Um dos fatores que podem ter contribuído para a ineficiência da consolidação da EA nas escolas, sobretudo no Colégio em estudo, é a falta de integração das práticas pedagógicas com os documentos oficiais (PPP e PPC) que devem orientar as ações pedagógicas nas instituições de ensino. Alguns resultados positivos quanto à abordagem das questões ambientais em sala tem se dado por méritos de ações isoladas de alguns professores ou de hábitos que os alunos adquiriram em projetos descontínuos dos quais participaram em outras instituições. Mesmo em projetos que poderiam ser âncoras das questões ambientais, os resultados são pouco expressivos, pois as práticas adquiridas a partir das poucas orientações conduzidas pelos professores do Colégio tem sido pouco eficiente devido ao isolamento das propostas e a falta de integração interdisciplinar.

O PPP do Colégio em estudo deve ser resgatado e repensado por toda a comunidade escolar. Assim, esse documento orientador das práticas pedagógicas poderá deixar de ser apenas uma formalidade exigida por lei e feito às pressas, para ser um documento dinâmico e não fragmentado que realmente contenha os encaminhamentos, fundamentos e princípios que possam orientar, subsidiar e avaliar as práticas pedagógicas.

Quanto à horta, sendo uma ação de EA

que se desenvolve, através de uma prática, em que valores e atitudes promovem um comportamento rumo a mudanças perante a realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo habilidades e atitudes necessárias para dita transformação e emancipação". (JARDIM, 2009, p.123).

é possível explorá-la como uma atividade promotora não só de mudanças de atitudes relativas à preservação do meio ambiente, como também pode ser direcionada a mudanças na qualidade de vida dos educandos, sobretudo com a reeducação alimentar, ao incentivar o consumo de produtos naturais e nutritivos e não apenas como uma oficina para ocupar os alunos no contra turno. Se a horta for bem planejada, ela pode envolver a comunidade no entorno do Colégio e assim deixará de ser refém de projetos governamentais, já que estes projetos tendem mudar de acordo com os humores dos políticos.

Antes da redação do novo PPP, é preciso que seja feito um levantamento e uma discussão ampla daquilo que pode ser explorado pelo viés da EA dentro dos muros do Colégio e que os resultados desses dados e discussões integrem os documentos escolares que orientam as práticas didático-pedagógicas.

7 Referências bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil - 1988**. Rio de Janeiro: FAE, 1989.

_____. Ministério de Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Educação Ambiental – Pro-NEA**. 3ª Ed. Brasília: Centro de Informação, Documentação Ambiental e Editoração Esplanada dos Ministérios, 2005.

_____. **Programa Mais Educação**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16689&Itemid=1115. Acesso: 26 jan. 2015.

_____. **Plano Nacional de Educação – PNE**. Lei nº 10.172. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 23 jun. 2015.

_____. **Política Nacional do Meio Ambiente**. Ministério do Meio Ambiente. Lei nº. 9.597 de 27 de abril de 1999. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/arquivos/46_10112008050406.pdf. Acesso em: 24 jun. 2015.

DIEGUES, Carlos Diegues. **A Educação Ambiental e a questão das áreas naturais protegidas**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1992.

FREITAS, H. R.; GONÇALVES-GERVÁSIO, RODRIGUES, R. De C.; MARINHO, MORAES, C.; FONSECA, A. S. S.; QUIRINO, A. K. R.; XAVIER, K. M. M. dos S.; NASCIMENTO, P. V. P. do. Horta escolar agroecológica como instrumento de educação ambiental e alimentar na Creche Municipal Dr. Washington Barros – Petrolina/PE. Extramuros, Petrolina-PE, **Revista de Extensão da Univasf**. v. 1, n. 1, p. 155-169, jan./jul. 2013.

JARDIM B. D. Educação ambiental: trajetórias, fundamentos e identidades. **Revista eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. v. 22, p.120-130, jan./jul. 2009.

LIMA, Gustavo F. da Costa. **Educação Ambiental no Brasil**. São Paulo: Papirus, 2013.

LOPES, Noemia. O que é Projeto Político Pedagógico – PPP. **Revista Gestão Escolar, versão digital**. Edição nº 11, dez 2010, jan. jan. 2011. Nova escola, gestão escolar. Victor Civita. <http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/projeto-politico-pedagogico-ppp-pratica-610995.shtml>).

MAGALHÃES, A. M. **A horta como estratégia de educação alimentar em creche**. 2003. 120 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

PARANÁ. **Constituição do Estado do Paraná - 1989**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

_____. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. **Educação ambiental** / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. - Curitiba: SEED – PR, 2008.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação N.º 014/99**. Disponível em: www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/deliberacoes/deliberacao141999.pdf. Acesso em: 23 jun. 2015.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. **Educação ambiental na escola** / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. - Curitiba: SEED – PR, 2010.

SENADO FEDERAL. **Secretaria Federal: Secretaria de Informação Legislativa**. Decreto Nº 73.030, de 30 de outubro de 1973. Brasília: Diário Oficial.

SERRANO, C. M. L. **Educação Ambiental e Consumismo em Unidades de Ensino Fundamental de Viçosa-MG**. Tese (Doutorado em Magister Scientiae) - Programa de Pós Graduação em Ciência Florestal, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa - MG, 2003.

SILVA, L. E. da; OLIVEIRA, A. L. de; TIEPOLO, E. V. Panorama da Educação Ambiental no Brasil. **Curso de Especialização em Educação Ambiental com ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis**. Curitiba: Editora UFPR, 2014.